

Av. Catarina Eller, 421 - Centro - CEP 36.976-000 Alto Jequitibá - MG

CNPJ 18.392.506/0001-59 - Telefones: (33) 3343-1268 / (33) 3343-1120 E-mail: prefeitura@altojequitiba.mg.gov.br

LEI Nº 1.317/2021, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021

PUBLICAÇÃO	"DIS	PÕE SO	OBRE O	CONSELH	IO A	MUNIC	CIPAL DE
Certifico que o presente documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá - MG	ALIN	<i>IENTAÇ</i>	CÃO ESC	COLAR - C	AE I	NO M	UNICÍPIO
conforme Lei Municipal № 881/07 de 07/05/2007. De 28/10/2/ a 28/1// e ou				TIBÁ-MG,	E	DÁ	OUTRAS
Págedição do	PRO	VIDÊNC	ZIAS"				
Setor Responsável							

O povo do Município de Alto Jequitibá, Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes legais, aprova, e eu, Daniel Guimarães Sathler, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE é órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento na execução do Programa Nacional de alimentação Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação.
- **Art. 2º** O Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE será composto por 7 (sete) membros, representantes do Poder Executivo Municipal e da Sociedade Civil abaixo relacionados:
 - I 01 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito;
- II 02 (dois) representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembléia específica;
- III 02 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica;
- IV 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica.



Av. Catarina Eller, 421 - Centro - CEP 36.976-000 Alto Jequitibá - MG

CNPJ 18.392.506/0001-59 - Telefones: (33) 3343-1268 / (33) 3343-1120 E-mail: prefeitura@altojequitiba.mg.gov.br

- §1º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.
- §2º O representante dos discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados.
- §3º As entidades deverão comprovar, através de Ata, a realização de Assembléia específica e a escolha dos seus representantes.
- §4º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.
- §5º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
- §6º O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.
- §7º A nomeação dos membros do CAE será feita por portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, obrigando-se a Secretaria Municipal da Educação a acatar todas as indicações dos segmentos representados.
- **Art. 3º** Os dados referentes ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE deverão ser informados pela Secretaria Municipal da Educação por meio do cadastro disponível no sítio do FNDE www.fnde.gov.br.

Parágrafo único. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o oficio de indicação do representante do Poder Executivo, as atas das Assembléias de escolha dos representantes da Sociedade Civil, a portaria de nomeação dos membros do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho.

Art. 4º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez.





Av. Catarina Eller, 421 - Centro - CEP 36.976-000 Alto Jequitibá - MG

CNPJ 18.392.506/0001-59 - Telefones: (33) 3343-1268 / (33) 3343-1120 E-mail: prefeitura@altojequitiba.mg.gov.br

- §1º O Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato.
- §2º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II a IV do artigo 2º desta Lei.
- Art. 5º Após a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:
 - I mediante renúncia expressa do conselheiro;
 - II por deliberação do segmento representado;
- III pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida no Regimento Interno;
- IV pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada
 Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.
- §1º O segmento representado deverá indicar novo membro para preenchimento do cargo, que será nomeado por Portaria e pelo tempo restante do mandato daquele que foi substituído.
- §2º Nas hipóteses previstas no caput deste artigo, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Secretaria Municipal de Educação.
 - Art. 6º Compete ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE:
- I acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos e a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar– PNAE, com base no cumprimento do disposto nos artigos 3º a 5º da Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020;
- II elaborar o Regimento Interno, observando o disposto na Resolução CD/FNDE nº
 06, de 08 de maio de 2020;
- III fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, sempre que solicitado,





Av. Catarina Eller, 421 - Centro - CEP 36.976-000 Alto Jequitibá - MG

CNPJ 18.392.506/0001-59 - Telefones: (33) 3343-1268 / (33) 3343-1120 E-mail: prefeitura@altojequitiba.mg.gov.br

IV – zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas,
 bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

V – comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria – Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

VI – elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas da rede municipal de ensino, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à Secretaria de Educação, antes do início do ano letivo.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho é o responsável pelo envio do Parecer Conclusivo do CAE no Sistema de Gestão de Conselhos – Sigecon Online, e, no seu impedimento legal, caberá ao Vice-Presidente.

Art. 7º O Regimento Interno deverá ser revisado e aprovado após a publicação desta Lei, devendo ser encaminhado para aprovação do Prefeito por Decreto.

Parágrafo único. A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do CAE somente poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.

- **Art. 8º** São diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, cabendo ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE acompanhar e fiscalizar:
- I o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;



Av. Catarina Eller, 421 - Centro - CEP 36.976-000 Alto Jequitibá - MG

CNPJ 18.392.506/0001-59 - Telefones: (33) 3343-1268 / (33) 3343-1120 E-mail: prefeitura@altojequitiba.mg.gov.br

- III a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelo Município para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; e
- VI o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.
- Art. 9º São competências do Conselho da Alimentação Escolar e do Setor de Alimentação Escolar articulados pela Secretaria Municipal da Educação:
- I receber e analisar o Relatório Anual de Gestão do PNAE e a Prestação de contas e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa;
- II fornecer informações, documentos e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
- III realizar reunião específica para apreciação do Relatório Anual de Acompanhamento de Gestão do PNAE e a Prestação de conta com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.
- **Art. 10**. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal da Educação, deve garantir ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE, sendo este um órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:
 - I local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
 - II disponibilidade de equipamento de informática;
- III transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência;



Av. Catarina Eller, 421 - Centro - CEP 36.976-000 Alto Jequitibá - MG

CNPJ 18.392.506/0001-59 - Telefones: (33) 3343-1268 / (33) 3343-1120 E-mail: prefeitura@altojequitiba.mg.gov.br

- III disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as atividades com competência e efetividade;
- IV fornecer, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.
- Art. 11. Compete ao Município a operacionalização dos recursos recebidos à conta do PNAE e assegurar a estrutura necessária para:
- I a realização do devido processo licitatório e/ou aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, conforme a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais Leis pertinentes;
 - II a ordenação de despesas, gestão e execução dos contratos administrativos;
 - III o controle de estoque e armazenamento dos gêneros alimentícios; e
- IV realizar, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este programa.
 - Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- **Art. 13 -** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 566/97 e a Lei Municipal nº 686/2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Jequitibá, Estado de Minas Gerais, aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um. (28-10-2021)

		PL	JBLICAÇ/	AO			
Cert	ifico qu	e o presente	documento	foip	ubli	cado no qu	. MG
de a	evisos	da Prefeiture	Municipal	de l	Ano	19drume	- (01-01

DANIEL GUIMARÃES SATHLER PREFEITO

onforme Lei	Municipal 14ª 881/07 de 07/55/	
28/10/	121 a 28/1/1/21 e ou	
Ma	edicáó de	

Setor Responsável